



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero

### GÊNERO E TRABALHO: DIÁLOGOS CRÍTICOS SOBRE “SER MULHER” NO MUNDO DO TRABALHO

Jéssica Monaliza de Menezes Saraiva<sup>1</sup>  
Ingrid Lorena da Silva Leite<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo problematiza lugares que encarnam e reproduzem o lugar socialmente construído da mulher atrelados a subordinação. Iniciamos uma abordagem histórica e crítica sobre gênero e mulher a partir dos movimentos feministas. Em seguida adentramos nas relações de trabalho no sistema capitalista contemporâneo em vias com as relações de gênero. A metodologia está baseada na pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Mulher, Gênero e Trabalho.

**Abstract:** The article problematizes places that embody and reproduce the socially constructed place of women tied to subordination. We began a historical and critical approach on gender and women from the feminist movements. We then entered into labor relations in the contemporary capitalist system along the lines of gender relations. The methodology is based on bibliographical and documentary research.

**Keywords:** Women, Gender and Work.

#### INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva realizar análises a partir da articulação das categorias mulher e gênero contextualizando nossas discussões com o mundo do trabalho. Essa abordagem nos possibilita compreender como a figura da mulher é construída socialmente, identificando elementos centrais nessa construção histórica atrelados a ideia de subalternidade e subordinação.

Diante disso, abordamos o surgimento e emergência da categoria gênero a partir das reflexões tecidas pelos movimentos feministas no início do século XX. Em seguida adentramos o panorama do mundo do trabalho marcado pela precarização e hierarquização nas relações de trabalho, que constituídas pelas múltiplas formas de exploração tem a perspectiva de gênero como aspecto estruturante dos lugares socialmente destinados às mulheres nos mais diversos espaços ocupacionais.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação – Universidade Estadual do Ceará – UECE  
E-mail: jessi\_monaliza@hotmail.com

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação – Universidade Federal do Ceará – UFCE  
E-mail: jessi\_monaliza@hotmail.com

Para tanto, a metodologia deste trabalho está alicerçada na pesquisa qualitativa, tendo o estudo bibliográfico e documental como base para a materialização da tessitura teórica e crítica. Buscamos possibilitar ou inquietar olhares e perspectivas sobre o movimento tecido entre essas categorias e o mundo do trabalho.

## **1 Mulheres e Gênero: costurando ideias e conceitos**

Neste tópico versamos sobre a necessidade de pensar contextos específicos em que as mulheres estão inseridas. Dessa forma, evidenciamos que ao pensar quem são essas mulheres-mães dialogamos com Scott (1998), que destaca a constituição das sujeitas a partir de suas experiências. Scott (1998) assinala que compreender as experiências das mulheres possibilita fornecer evidências de um mundo de práticas e valores que desmente ou tencionam construções hegemônicas do mundo social.

Piscitelli (2002) destaca que o conceito de gênero foi desenvolvido no seio do pensamento feminista, este como expressão de ideias que resultaram da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas dos movimentos feministas, que estão distantes de constituir um todo unificado. Igualmente, as diversas correntes do pensamento feminista afirmaram a existência da subordinação feminina, sobretudo, o suposto “caráter natural” dessa subordinação. Portanto, essa subordinação é decorrente das maneiras como a imagem da mulher foi construída histórica e socialmente.

Diante desse enunciado, o pensamento feminista, entre 1920 e 1930, apresentou reivindicações para a igualdade no exercício dos direitos, problematizando as raízes culturais das desigualdades existentes e relacionadas ao debate. Diversas perspectivas desenvolvidas nos Estados Unidos e na Inglaterra permearam as correntes do pensamento feminista, principalmente no final da década de 1960. Foi nesse período que diferentes visões sobre as origens da opressão e subordinação feminina emergiram.

Sobre as opressões das mulheres, algumas vertentes do feminismo socialista orientam-se pelo surgimento das classes sociais baseadas na propriedade privada. As maneiras de opressão sexual, divisão do trabalho alicerçada no sexo, como as formas de parentesco e família, teriam base material na estrutura de classes (PISCITELLI, 2002, p. 3). Já outras vertentes do feminismo socialista criticaram essa percepção, acentuando a existência de múltiplas formas de opressão nos países socialistas. Outra perspectiva apresentada foi a associação ao capitalismo/patriarcado, que estabelecia a articulação entre produção e reprodução como igualmente determinantes.

Para abranger as causas da opressão das mulheres, o processo reprodutivo foi base do feminismo radical. A função da mulher no processo reprodutivo tornaria a mulher “prisioneira da biologia”, pois a gestação e os cuidados com a criança demandariam um

período prolongado de dependência física, fazendo a mulher ficar dependente do homem. O feminismo radical considerou a derrota do patriarcado como forma de libertar as mulheres das maneiras de subordinação feminina. Para isso, o controle da reprodução seria necessário, pois eliminaria o privilégio do homem e da própria distinção sexual.

Para Piscitelli (2002), as categorias e os conceitos como mulher, opressão e patriarcado tornam-se importantes para o pensamento feminista pós 1960, com o objetivo de compreender o contexto no qual se constitui o conceito de gênero.

A categoria mulher foi pensada e articulada nas raízes das ideias do feminismo radical, que destacaram questões de classe, raça, como também que as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres. Esse último aspecto é fundante para o conceito de feminismo, sobretudo, em termos políticos. Nessa perspectiva, a categoria mulher foi incorporada às concepções biológicas e aos aspectos socialmente construídos. No entanto, a ênfase outorgada aos aspectos biológicos assentou-se numa dimensão essencialista do conceito. Não obstante, o desenvolvimento do conceito de opressão incidiu na ampliação dos significados do político. Piscitelli (2002) aponta que era constante, no final do século XX, objetar os “estudos sobre mulher” aos “estudos de gênero”. Conforme aponta a autora:

Ao mesmo tempo, ainda é frequente a confusão entre “gênero” e “mulher”. As duas situações são compreensíveis quando se pensa na trajetória do pensamento feminista. Quero dizer o conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre “mulher” e compartilhando vários de seus pressupostos. Mas, a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres. Isto fica claro quando prestamos atenção (...) no pensamento feminista ao introduzir o conceito de gênero no debate sobre as causas da opressão da mulher (2002, p.8).

Com os avanços realizados pelo pensamento feminista desde o século XX, o trabalho de Gayle Rubin (1975, apud PISCITELLI, 2002) proporcionou alguns deslocamentos na ideia monolítica de opressão feminina universal. Nesse sentido, a elaboração do sistema sexo/gênero associado a compreender as realidades empíricas diversas, contextos específicos nos quais operacionalizam relações de poder passaram a ser repensados.

Dessa forma, gênero foi proposto como uma categoria de análise alternativa ao patriarcado<sup>3</sup>, tendo, como perspectiva, as relações sociais construídas.

---

<sup>3</sup> De acordo com Piscitelli (2002), em termos de práticas políticas, em termos teóricos, algumas feministas trabalharam com uma ideia geral e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva na qual cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política. Porém, o

Para Scott (1989), a história do pensamento feminista é uma história que rejeita a construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, nos seus conjuntos e argumentos característicos. Assim estabelece uma tentativa de descolar ou reverter seus funcionamentos.

Conforme Luz (1982), as dificuldades ao tentar conceituar o feminino e o masculino, denominados de identidade de gênero, persistiram na forma a-histórica atemporal com que essa identidade foi conceituada e utilizada. A ideia que o masculino e o feminino foram estabelecidos em plano fixo e eterno por ser natural apresenta inúmeras fragilidades e limitações. Como aponta Luz:

No processo social de construção da identidade de gênero demarcam-se espaços – público e privado – “próprios” a cada sexo: ao homem o espaço externo, à mulher o espaço doméstico. Apesar de que, excluindo-se a gestação e a lactação não há nenhum determinante biológico no que se refere a atribuição à mulher no espaço doméstico, este é considerado, via de regra, como inerente à natureza feminina, da mesma forma que o espaço público seria inerente à natureza masculina. (1982, p. 66).

Ainda em referência a essa discussão, Joan Scott (1989) nos brinda com reflexões mais profundas e históricas sobre gênero como uma categoria histórica, que vem adquirindo diversas concepções e abordagens. A autora assinala que a palavra gênero foi utilizada, a priori, pelas feministas americanas que queriam imbuir um caráter social às distinções baseadas no sexo. A palavra indicava também um aspecto relacional das distinções normativas das feminilidades e masculinidades. Ainda segundo a autora, o conceito gênero como categoria de análise implicaria na forma como seriam apresentadas as experiências das mulheres, constituindo uma nova história, em que as mulheres estariam presentes.

Para que essa história fosse construída, três categorias foram acionadas pelas pesquisadoras dos estudos sobre mulher que possuíam uma perspectiva política mais global. O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero marcava primeiro o compromisso do (a) pesquisador (a) com a história que incluía a fala das (os) oprimidas (os). Além disso, tinham a compreensão de que as desigualdades de poder estavam organizadas no mínimo nesses três eixos.

Não obstante, entre as décadas de 1970 e 1980, gênero como categoria de análise passou a encontrar uma via teórica própria, mormente na perspectiva pós-estruturalista (SCOTT, 1989, PISCITELLI, 2002). Esse estilo de pensamento foi evidente

---

conceito patriarcado foi esgarçado no discurso político e na reflexão acadêmica, sem que fossem incorporados aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e, sobretudo, seu desenvolvimento histórico.

em reformulações das conceitualizações de gênero, principalmente, no que concerne a abordagem das relações de poder.

As análises da filósofa Judith Butler mostraram os deslocamentos mencionados, principalmente, a explicação da subordinação universal da mulher, com uma posição crítica às relações binárias e às identidades fixas. Butler (1990, apud PISCITELLI, 2002) propõe uma pesquisa genealógica (referência a Michel Foucault) para evidenciar a construção da dualidade sexual, com os diversos discursos. Nessa pesquisa, o sexo aparece como culturalmente construído.

Seguindo a análise sugerida por Butler, uma genealogia política advinda de ontologias de gênero, desconstruiria a aparência substantiva do gênero em seus atos característicos, e localizaria e descreveria esses atos dentro de marcos compulsivos situados por forças diversas que “vigiam” a aparência social do gênero. Para tanto, esses atos e também gestos seriam “performáticos”, no sentido de que a essência que supostamente expressam, são construções manufaturadas e apoiadas através de signos corporais e de outros meios.

Para Butler (2003), a categoria gênero se conecta com diversas modalidades de identidades constituídas discursivamente – raciais, de classe, étnicas, sexuais, entre outras – motivo que torna impossível separar “gênero” das intersecções políticas e culturais, nas quais é produzido e alicerçado. Dessa forma, gênero não se constitui de forma coerente e contínua.

Diante das ideias, categorias e conceitos tecidos, é importante ressaltar os esforços das discussões atuais sobre gênero. No século XXI, temos uma vasta produção de intelectuais que buscam eliminar a naturalização na conceitualização da diferença sexual, pensando gênero de forma “não identitária”.

Ao recusar concepções universalistas presentes, e ao conceber gênero a partir das múltiplas configurações de poder existentes em contextos históricos e culturais específicos, temos, uma abertura de perspectivas de pesquisas e reflexões sobre gênero não centradas nas mulheres. As discussões e os estudos sobre masculinidade e os estudos *queer* marcam essas linhas de estudos. Segundo Piscitelli (2002):

No âmbito das discussões feministas, porém, as formulações desconstrutivistas, têm provocado reações negativas. Essas reações, que convergem em assinalar a incompatibilidade entre essas abordagens e a prática política feminista – “gênero sem mulheres?” – mostram questionamentos à “despolíticação” da pesquisa acadêmica e um acirramento nas tensões entre produção teórica e mobilização política. (2002, p. 17).

Conforme destacado, a categoria mulher vem se reconfigurando durante o século XX. A ideia de mulher na contemporaneidade se afasta das concepções do feminismo radical da década de 1970. Distante do funcionalismo biológico<sup>4</sup> e do determinismo biológico<sup>5</sup>, a ideia de mulher no século XXI está voltada à historicidade, não apresentando um sentido definido. O sentido dessa ideia é a elaboração de uma complexa rede de características que não são determinadas, mas desveladas, descobertas. Logo:

Algumas dessas características exerceriam um papel dominante dentro dessa rede por longos períodos de tempo, em certos contextos – o que não quer dizer que possam ser universalizadas. Nessa proposta, não se trata de pensar em “mulheres como tais”, ou “mulheres nas sociedades patriarcais”, mas em “mulheres em contextos específicos” (PISCITELLI, 2002, p. 21).

O sentido dessa ideia a categoria mulher é, sobretudo, político. Trata-se também da negação epistemológica a qualquer essência de mulher e também da possibilidade de teorizar, de forma mais crítica e complexa, sobre as relações e as tecnologias de poder.

## **2 A construção social atribuída ao que é ser mulher: Uma análise dos processos de subordinação e opressão na sociabilidade do capital**

Pensar as disparidades de gênero em relação a figura da mulher na contemporaneidade é assumir um papel de crítico de investigação acerca da constituição do ideário imposto socialmente à mulher nos espaços públicos e privados. A adesão as dimensões de análises que comportem categorias como classe, raça e gênero são eixos essenciais para se compreender o entrecruzamento dessas esferas na sociabilidade do capital.

Para ilustrar o cenário de subordinação e desigualdades na vida pública da mulher elencaremos a sua inserção no mundo do trabalho, e como os desdobramentos da vida pública se chocam com a realidade privada. As circunstâncias vivenciadas de subordinação por um sistema patriarcal que pormenoriza a mulher a partir de determinações sociais colocam em cena a divisão social e sexual do trabalho a partir dos sexos masculino e feminino.

---

<sup>4</sup> Postula uma relação direta entre biologia, aspectos da personalidade e comportamento. (PISCITELLI, 2002, p. 20)

<sup>5</sup> A ideia de diferença entre uma base biológica fixa e uma superestrutura relativamente flexível, à maneira das primeiras reformulações do conceito de gênero. O funcionalismo é dito como um obstáculo para compreender as diferenças entre as mulheres e, também, de diferenças em relação a quem pode ser considerado homem e mulher em contextos específicos. (PISCITELLI, 2002, p. 20)

Dessa forma, a inserção da mulher no mercado de trabalho dá-se num prisma de desenvolvimento do sistema capitalista. Com a Revolução Industrial as mulheres passam a serem recrutadas para essa nova realidade social que é o trabalho industrial nas fábricas. Numa conjuntura precarizada de um trabalho fabril penoso e insalubre as mulheres passam a fazer parte da dinâmica capitalista que se coloca como urgente. Podemos destacar essa realidade na fala do autor:

Com a Revolução Industrial, marco da consolidação do capitalismo, a mulher passa a ser incorporada nas relações produtivas sob condições desumanas, tendo em vista a intensificação do trabalho, a extensa jornada de trabalho e o rebaixamento salarial, para atender aos imperativos do acelerado processo de acumulação. Mesmo com essa realidade, as mulheres dos grupos menos privilegiados necessitavam do trabalho como forma de subsistência e por isso acabavam se sujeitando aos respectivos ordenamentos. (GUIRALDELLI, 2007, p.02)

A mulher adentra o mercado de trabalho sem nenhum contexto crítico quanto ao seu papel, estavam a serviço dos imperativos do capital e com isso o processo de subordinação se mescla a realidade patriarcal vivenciada num panorama geral. A construção socialmente atribuída a figura da mulher a restringe a esfera do lar, aos serviços domésticos e ter essa nova realidade na esfera pública e privada a coloca frente a desafios gigantescos quanto ao processo de inserção e manutenção no mundo do trabalho, trazendo à tona questões e vivências que demarcam a conotação imposta socialmente do que é ser mulher numa sociedade patriarcal.

Para tanto, precisamos concatenar a categoria gênero nas relações de trabalho à dimensão da superexploração da classe trabalhadora imposta pelo capitalismo. Dentro do contexto de expropriação da mão de obra da classe trabalhadora a lógica do capital intensifica a associação dos sujeitos ao consumo, bem aprofunda a classe trabalhadora, a alienação frente às novas estratégias do mercado. A sociabilidade erguida sob o capitalismo mundializado não percebe essa lógica de expropriação da sua força de trabalho. Ricardo Antunes (2009) traz para o debate a categoria trabalho e o processo de precarização sofrido nas relações de trabalho e como elas se disseminam socialmente:

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 2009, p.8)

Cada vez mais a classe trabalhadora está imersa nesse processo de flexibilização que tornou-se um verdadeiro imperativo ideológico, e a empregabilidade é visualizada numa lógica dinâmica e individual que trata a classe trabalhadora como responsáveis diretos por sua manutenção no mundo do trabalho. Para tanto, as

determinações sociais que permeiam essas relações são essenciais para a manutenção do capital e se aplicarmos a categoria de análise de gênero aos desdobramentos das relações capitalistas perceberemos a desvalorização do trabalho feminino e como a vida privada reflete na pública a partir das atividades domésticas como processos não produtivos e vinculadas diretamente a mulher

Todavia, esses imbricamentos se pensados num prisma crítico são atividades vitais de superexploração do sistema capitalista e trazem nos seus desdobramentos imposições sociais acerca da divisão social e sexual do trabalho fomentando um cenário de subordinação e opressão do feminino.

A dimensão da exploração da mulher na sociedade figura a construção e manutenção de um mundo do trabalho que homogeneiza a classe trabalhadora como “igual”. Tendo em vista, que possuímos relações prontamente estabelecidas de opressão quanto ao recorte de classe e isso se acentua ao fazermos a análise olhando para o mundo profissional onde estão inseridas as mulheres. Podemos denotar esse processo de subordinação da mulher na esfera do trabalho alinhado aos processos vivenciados na vida privada a partir de Ricardo Antunes:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastantes comprometidas, se não inviabilizadas. (1999,p.108-109)

Nesse fluxo de expropriação da mão de obra feminina o sistema capitalista se fortalece e assume um discurso de uma não valorização da atividade doméstica, ela está para a mulher como natural, denotando as circunstâncias privadas de segregação que extrapolam para a vida pública no trabalho. Para Mirla Cisne (2015), a concepção de atividades que são ditas femininas propiciam a reprodução do capital e manutenção dos seus lucros, numa perspectiva cada vez mais significativa de diminuição do custo da reprodução da força de trabalho.

A totalidade social construída sob a égide do capital aprofunda as desigualdades sociais e a questão social se expressa de múltiplas formas com nuances que comportam vertentes que perpassam a dimensão da classe, mas traz uma apropriação das desigualdades existentes, como o racismo e o patriarcado. Como aponta a autora Mirla Cisne (2015):

O modo de produção capitalista, além de produzir desigualdades, apropria-se das anteriormente existentes ao seu sistema, como as decorrentes do patriarcado e do

racismo. Com isso, refuncionaliza, por exemplo, as subordinações e desvalorizações das mulheres e da população negra para atingir maiores lucros com a superexploração das suas forças de trabalho, geralmente, precarizadas e mal remuneradas. Nesse sentido, a ideologia sexista e racista está intimamente ligada às motivações do lucro capitalista. (2015,p.124)

Dessa forma, perceber os eixos estruturantes que entrecruzam as dimensões da opressão feminina é vital para uma compreensão ampliada das categorias classe, raça e gênero e como estas se recompõem na dinâmica da sociedade capitalista contemporânea.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho científico traz proposições com base numa fundamentação teórica crítica que remonta as questões da desigualdade de gênero numa perspectiva de elucidar como se constrói no ideário e culturalmente a percepção de alguns espaços laborais como “masculinos”.

Aqui não nos cabe findar a temática, mas trazer os nortes teóricos das manifestações no cotidiano de como se constitui as relações de subordinação feminina. Numa perspectiva histórica percebemos que o papel da mulher se reproduz na esfera da subalternização, que mesmo com a vida pública e sua entrada no mercado de trabalho a condição de opressão predominante do patriarcado é traço na trajetória das mulheres.

Dessa forma, precisamos apreender a teia relacional das construções dessas “verdades” normatizadas socialmente e questioná-las, afim de desconstruir a cena contemporânea que aparece legitimada por grande parcela social. Podemos aqui trazer a celebre frase de Simone Beauvoir “Não se nasce mulher: torna-se” para ilustrar a reflexão teórica numa perspectiva socio-histórica de construção da mulher na esfera social, tornar-se mulher é algo previamente delimitado e imposto na cena contemporânea.

Para que possamos avançar e buscar um novo desvelar social são necessárias novas perspectivas de entendimento e abordagem acerca da problemática aqui evidenciada. Não podemos concebê-las apenas no campo das meras causalidades, mas identificar as conexões existentes na produção e reprodução histórica da sociabilidade do capital, tendo por base uma visão crítica reflexiva.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho ? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez/Unicamp,1985.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 3ª Edição. São Paulo. Editora Boitempo,2009.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, v. 21, p. 219-260, 2003.

CISNE, Mirla: **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2ª ed. – São Paulo: Outras expressões,2015.

GUIRALDELLI, Reginaldo.: **Presença feminina no Mundo do Trabalho História e Atualidade**. Revista de Estudos do Trabalho. Ano I – Número I – 2007. Disponível em [http://www.estudosdotrabalho.org/Guiraldelli\\_RET01.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/Guiraldelli_RET01.pdf). Acesso em 13 de maio de 2019.

LUZ. Madel. T. **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? : A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**, Campinas, n. 48, p. 7- 42. 2002.

\_\_\_\_\_. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v.11, n.2, p.263-274, jul./dez. 2008

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989.

\_\_\_\_\_. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, São Paulo, v.16, p. 297-325, fev,1998.